

26 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

STF lidera alta de gasto com diárias de viagem no Judiciário

Crescimento dessas despesas do Supremo foi de 41%, na contramão do Executivo

O Supremo Tribunal Federal (STF) aumentou em 41% as despesas com diárias de viagens de ministros e funcionários em 2011. O gasto saltou de R\$ 707 mil para pouco mais de R\$ 1 milhão em relação a 2010 e foi maior que o promovido por outros órgãos do Judiciário e pelo Ministério Público. No mesmo período, as despesas gerais com viagens da União caíram 35% (R\$ 800 milhões). Também houve aumento dos desembolsos com diárias na Justiça Federal, na Justiça Militar e na Justiça do Trabalho, além do Conselho Nacional de Justiça. O Supremo informou que a verba atendeu a pedidos de ministros e servidores em suas atividades de trabalho, além de deslocamento de juízes auxiliares para ouvir testemunhas. Na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho, o aumento de gastos em 2011 superou R\$ 5 milhões. No Ministério Público da União o crescimento foi maior: R\$ 5,2 milhões.

26 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Poder Judiciário. Corte Suprema lidera bloco dos órgãos que mais aumentaram despesas no ano passado; Executivo, que prega a necessidade de esforço fiscal, apresentou redução de gastos com viagens de R\$ 800 milhões em comparação aos valores de 2010

Na contramão do Executivo, Supremo aumenta em 41% gastos com diárias

O Supremo Tribunal Federal aumentou em 41% as despesas com diárias de ministros e funcionários no ano passado, à frente de um aumento desse tipo de gasto promovido por outros órgãos do Judiciário e pelo Ministério Público. No mesmo período, os gastos gerais com viagens da União caíram 35% em relação a 2010.

Pesquisa no Sfla, o sistema de acompanhamento de gastos federais, também aponta aumento de gastos com diárias na Justiça Federal, na Justiça Militar e na Justiça do Trabalho, além do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável por fiscalizar o Judiciário.

O Supremo, com 11 ministros, foi o que mais aumentou, proporcionalmente, as despesas com diárias. Os gastos saltaram de R\$ 707 mil para pouco mais de R\$ 1 milhão em 2011. Questionado, o STF informou que o diário atendeu a pedidos de ministros e servidores, em suas atividades de trabalho, além de deslocamento de juízes auxiliares para ouvir testemunhas.

Em família. Em maio, o presidente do STF, Cezar Peluso, levou a mulher, Lúcia, para acompanhá-lo em viagem oficial a Washington. Peluso e outros três ministros do STF viajaram aos Estados Unidos - todos de primeira classe, com passagens pagas pelo contribuinte - para par-

ticipar de encontro com integrantes do Judiciário norte-americano.

Uma resolução do STF prevê o pagamento de passagem aérea para acompanhantes dos ministros em viagens de caráter protocolar ou cerimonial, quando a presença for considerada "indispensável", informou a assessoria do tribunal. "Foi o caso da esposa do ministro Peluso, que o acompanhou em viagem a Washington porque eles teriam de participar de evento realizado na embaixada do Brasil com a participação de ministros da Suprema Corte americana acompanhados de suas esposas."

O STF não detalhou os gastos com passagens. Na mesma viagem aos EUA, em maio, embarcaram Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Ellen Gracie, com diárias de US\$ 485.

O STF lidera o bloco dos órgãos que aumentaram gastos em 2011. Desse grupo, faz parte um único ministério: o do Esporte.

A queda de gastos da União com viagens foi de R\$ 800 milhões, em relação a 2010. Esse valor não chega perto, porém, da redução dos investimentos da União; de R\$ 2,8 bilhões, em 2011, uma queda de 6,2%, ainda de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Em março, em meio a gestos para mostrar a disposição em reduzir gastos públicos e melhorar sua qualidade, a presidente Dilma Rousseff baixou decreto com

limites para os gastos com viagens no Executivo.

O Legislativo manteve estáveis seus gastos em 2011. O Judiciário e o Ministério Público não acompanharam o esforço de economia nesse tipo de gasto.

Na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho, o aumento de gastos em 2011 superou R\$ 5 milhões, valor ultrapassado pelo Ministério Público da União, de R\$ 5,2 milhões.

A Procuradoria-Geral da República informou que os gastos com viagens aumentaram por conta da implantação de procuradorias nos municípios, acompanhando a interiorização da Justiça Federal, além de trabalhos da corregedoria.

Divergências. Gastos com viagens foram pivô de desentendimento entre Cezar Peluso e seu antecessor, Gilmar Mendes. Em maio de 2010, pouco depois de assumir o comando da Corte, Peluso criticou gastos do Conselho Nacional de Justiça na gestão Mendes. No ano seguinte, o STF aumentaria seus próprios gastos com viagens mais do que o CNJ, que também inflou em 10% as despesas com diárias.

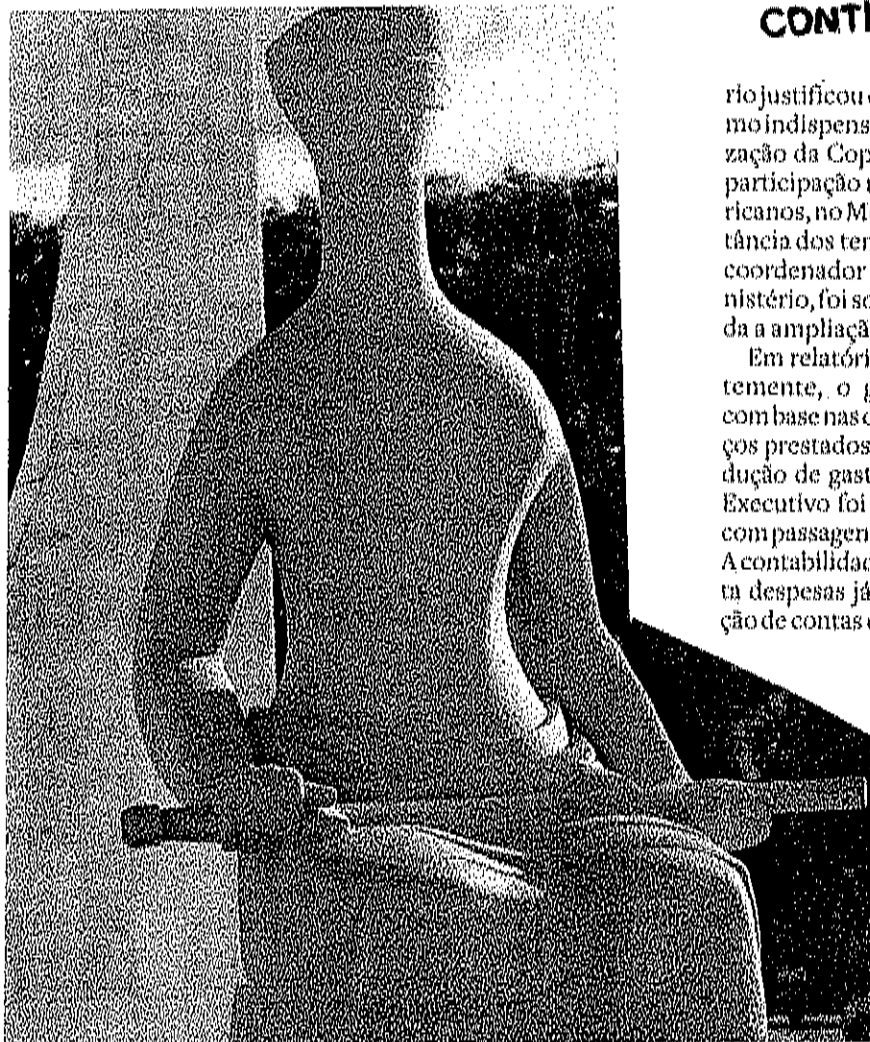
Para o Ministério do Planejamento, o Executivo cumpriu as metas de redução de gastos. A exceção foi a pasta do Esporte, que desembolsou R\$ 200 mil a mais do que em 2010.

CONTINUA

26 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



O ministério justificou os gastos extras como indispensáveis para a organização da Copa de 2014, além da participação nos Jogos Panamericanos, no México: "Pela importância dos temas e pelo papel de coordenador exercido pelo ministério, foi solicitada e concedida a ampliação dos limites".

Em relatório divulgado recentemente, o governo apontou, com base nas despesas com serviços prestados em 2011, que a redução de gastos com diárias no Executivo foi de 41%. Os gastos com passagens teriam caído 45%. A contabilidade não leva em conta despesas já pagas nem quitação de contas de anos anteriores.

Campeão. Fachada do STF, cujos gastos com diárias saltaram de R\$ 707 mil para mais de R\$ 1 milhão; em malão, mulheres dos ministros foram com eles aos EUA

NA CONTRAMÃO

● Ministérios cortaram gastos com diárias em 2011, mas o fenômeno não foi seguido pelo Judiciário

Aumento de gastos

EM PORCENTAGEM

Supremo Tribunal Federal (STF)	41
Conselho Nacional do Ministério Público	27
Ministério Público	25
Justiça Militar	19
Justiça Federal	14
Justiça do Trabalho	10
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	10

Corte de gastos

EM PORCENTAGEM

Ministério do Planejamento	86
Ministério do Turismo	54
Ministério da Defesa	53
Ministério das Cidades	52
Ministério da Fazenda	51
Ministério do Desenvolvimento Agrário	50

FORTE: STAFF

JMP/DIRAF/CO/AF

CONTINUA

No Orçamento, mais R\$ 200 mi para obras

● O orçamento de quase meio bilhão de reais em obras do Judiciário para 2012 foi inflado pelo Congresso, onde ganhou, por meio de emendas parlamentares, quase R\$ 200 milhões a mais em autorizações de gastos. Constam na lei aprovada 208 projetos de obras, 177 delas a serem iniciadas neste ano. O valor autorizado para obras no Judiciário é mais do que o dobro dos gastos de 2011.

26 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Dossiê sobre licitação no CNJ constrange Peluso

Conselheiros entregaram a presidente documento que revela suspeitas em contrato milionário; caso será discutido hoje

Integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) produziram um dossiê para tentar cancelar a licitação milionária feita nas últimas semanas do ano passado para a compra de um sistema de banco de dados. O contrato foi colocado sob suspeita, como revelou o *Estado*, e desencadeou uma crise interna no órgão. O dossiê foi entregue ontem ao presidente do CNJ, Cezar Peluso, que chancelou a compra, e será apresentado hoje na primeira sessão do conselho deste ano.

A sessão de hoje, convocada no fim do ano passado, seria exclusivamente para que os conselheiros votassem o relatório anual de atividades do CNJ. Mas as suspeitas em torno do contrato e as críticas feitas por integrantes do conselho obrigaram o presidente a convocar uma sessão administrativa secreta para prestar contas do contrato.

Ontem à tarde, entretanto, conselheiros afirmavam que aliados de Peluso poderiam faltar e inviabilizar a sessão. Três conselheiros, conforme a assessoria do CNJ, já haviam avisado que faltariam: Eliana Calmon, Fernando Tourinho e Vasi Verner. Se outros três integrantes também faltarem, a discussão sobre o contrato será adiada para a sessão do dia 14 de fevereiro.

Se a estratégia de adiar a crise não for bem-sucedida, os conselheiros deverão, em sessão secreta, exigir explicações detalhadas sobre o contrato de R\$ 86 milhões firmado a toque de caixa nas últimas semanas de 2011. De acordo com conselheiros, o custo do contrato pode ser maior do que o divulgado, pois haveria despesas adicionais com manutenção, várias etapas da licitação teriam sido suprimidas, o edital es-

tava direcionado para a compra de produtos de uma empresa específica – a Oracle – e o sistema não seria indispensável.

Além disso, questionarão por que o processo de licitação não passou pela comissão de tecnologia do órgão, integrada por conselheiros, por que o então o diretor do Departamento de Tecnologia e Informação, Declieux Dias Dantas, que disse ser contra a licitação, foi exonerado e por que não foram informados, em momento algum, da compra.

Suspeita. O secretário-geral do conselho, Fernando Florido Marcondes, também será chamado a se explicar. Conselheiros reclamam da centralização de poder nas mãos do secretário e questionarão se Marcondes, ao divulgar produtos da Oracle no último Encontro Nacional do Judiciário, em Porto Alegre (RS), teria direcionado a licitação. A suspeita foi inicialmente levantada pela IBM, que contestou formalmente a legalidade da licitação e apontou indícios de direcionamento em favor da Oracle.

De acordo com parte dos conselheiros, a crise interna só será resolvida se Peluso suspender o contrato. Outros afirmam que, além disso, o secretário-geral deveria ser trocado, pois não haveria clima para sua permanência. No entanto, por ser homem de confiança de Peluso, muitos conselheiros duvidam que Marcondes deixará o cargo.

• Sob suspeita
R\$ 86 mi

foi o valor pago à Oracle para a aquisição de um sistema de banco de dados. A licitação para a compra é considerada suspeita



Crise. Aliados de Peluso podem faltar e inviabilizar a sessão

26 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

● **Pedido negado**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, recusou pedido da Associação Democrática por Moradia e Direitos Sociais para que fosse suspensa a desocupação de Pinheirinho.

26 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ministro do STJ recebeu R\$ 640 mil ao deixar TJ do Rio

Maior parte do pagamento a Marco Aurélio Bellizze, em setembro do ano passado, foi discriminada como 'vantagens eventuais'

Fausto Macedo

O ministro Marco Aurélio Bellizze Oliveira, do Superior Tribunal de Justiça, recebeu mais de R\$ 640 mil dos cofres do Tribunal de Justiça do Rio, em setembro de 2011, quando assumiu cadeira na Quinta Turma do STJ - em substituição ao ministro Luiz Fux, que foi para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Especialista em Direito penal e eleitoral, Bellizze, de 48 anos, foi nomeado pela presidente Dilma Rousseff em 15 de agosto. Sua posse ocorreu 20 dias depois, em cerimônia concorrida - à mesa de honra, o ministro José Eduardo Martins Cardozo (Justiça) e o senador José Sarney (PMDB-AP), presidente do Congresso.

Os valores na conta de Bellizze são relativos a créditos em atraso: licença prêmio, férias não tiradas e que ele vendeu ao TJ do Rio, auxílios e vantagens eventuais. Tudo somado deu R\$ 642.962,66.

O contracheque do ministro foi construído em partes. Naquele mês de setembro, como exerceu a função de desembargador do TJ por alguns dias apenas, fez jus a R\$ 3.216,70 de salário. Agregou a esse valor R\$ 160,76, proporcionais por função ou cargo comissionado, e mais R\$ 1.334,25 a título de auxílios. A fatia maior do bolo - R\$ 638.251,95 -, foi depositada na conta de Bellizze sob



Promoção. Bellizze substituiu Luiz Fux, que foi para o STF

a rubrica "vantagens eventuais". O ministro não se manifestou sobre o pagamento. Sua assessoria alertou sobre a legalidade dos recebimentos, concedidos com amparo em leis estaduais e federais. Bellizze está em viagem aos Estados Unidos. Ele trabalhou por 21 anos no TJ do Rio.

O caso de Marco Aurélio Bellizze não é exceção. São muitos os desembargadores que saem dos tribunais de origem e se valem dos mesmos benefícios. A eles são reconhecidos e repassados valores elevados a título de "créditos devidos".

No cotidiano da toga é praxe o magistrado que deixa a corte, por aposentadoria ou transferência para um tribunal superior,

ser contemplado com "tudo a que tem direito". Juízes compararam o cenário à mudança de emprego, no qual a contratante tem de quitar os débitos trabalhistas.

De acordo. A conta inclui períodos de férias que os beneficiários alegam não ter descansado, meses de licença-prêmio não usufruídos, atualização monetária e outras situações às quais só o mundo forense tem acesso.

O TJ do Rio, com 180 desembargadores, realiza pagamentos milionários. Verbas que têm natureza indenizatória fazem com que a remuneração dos magistrados, acrescida das vantagens, supere o teto constitucional (R\$ 26.700). Entre essas verbas estão abono salarial e PAE (Parcela Autônoma de Equivalência).

O TJ argumenta que a PAE não está submetida ao limite do teto salarial porque compreende períodos em que este limite não havia sido estabelecido.

Todos os pagamentos, "estão de acordo com a legislação e com decisões dos tribunais superiores". A interpretação vale para o ministro Bellizze, que ficou mais de duas décadas no TJ/RJ.

A cúpula do TJ do Rio não se pronunciou sobre Bellizze. "O TJ não pode identificar os titulares dos vencimentos publicados, pois estaria violando o direito constitucional ao sigilo de sua privacidade", ressaltou a assessoria da presidência.

O ESTADO DE S. PAULO TJ suspende ação que denunciou fraude em hospital

Esquema teria desviado R\$ 20 milhões do Conjunto Hospitalar de Sorocaba; 48 pessoas, entre médicos e empresários, são acusadas

Uma liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) suspendeu a ação penal contra 48 médicos, empresários e funcionários públicos da saúde, acusados de envolvimento num esquema milionário de fraudes no Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS).

A decisão foi dada na noite de anteontem pelo desembargador Miguel Marques e Silva, da 15ª Turma do TJ. Ele acatou o pedido de habeas corpus de um dos acusados, o empresário Edson Aleixo, que alegou constrangimento ilegal, pois a quebra dos sigilos telefônico, bancário e fiscal durante a investigação não teria sido fundamentada. O desembargador estendeu o benefício a todos os outros envolvidos.

Fraudes. O esquema de fraudes em plantões médicos e licitações no hospital mantido pelo governo do Estado foi apurado durante a Operação Hipócrates, do Ministério Público Estadual e da Polícia Civil, que resultou, em junho de 2011, na prisão de 12 acusados, entre eles o então diretor e dois ex-diretores. De acordo com a denúncia, com a conivência da direção, os médicos não compareciam aos plantões, mas recebiam normalmente, prejudicando milhares de pacientes.

As licitações para obras e serviços seriam dirigidas para determinadas empresas. O esquema teria desviado pelo menos R\$ 20 milhões de recursos públicos. As investigações resultaram num processo com 80 volumes de depoimentos, além de 110 volumes de provas – incluindo gravações autorizadas pela Justiça.

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado, órgão máximo do Ministério Público Estadual, deve entrar com recurso na tentativa de cassar a liminar. De acordo com a promotora Maria Aparecida Castanho, do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o empresário que entrou com o pedido de habeas corpus é dono de uma empresa de próteses e, de acordo com a investigação, recebia por equipamentos de titânio e entregava próteses de aço inox, de qualidade e preço inferiores. Ele negou a prática do crime.

A promotora explicou que, em razão da liminar, a ação judicial que tramita no Fórum Criminal de Sorocaba ficará suspensa até que a 15ª Turma, com seu conjunto de desembargadores, decida sobre o mérito do habeas corpus. "Como os réus estão soltos, esse pedido pode demorar até anos para ser julgado." Investigações que ainda estão em curso também ficam paralisadas. O não seguimento da ação impede que os acusados sejam processados na esfera civil para devolver o suposto dinheiro desviado.

26 JAN 2012

Operação teve início em 2011

A Operação Hipócrates foi deflagrada em junho do ano passado e resultou na prisão de suspeitos de envolvimento em um esquema de fraude em plantões no Conjunto Hospitalar de Sorocaba. Hoje eles estão soltos.

Os médicos recebiam até R\$ 600 por plantões não realizados. Alguns eram escalados para plantões em dois hospitais ao mesmo tempo.

As fraudes teriam causado um rombo de mais de R\$ 20 milhões. Também é investigado um esquema de fraudes em licitações para a compra de equipamentos e de materiais cirúrgicos.

FOLHA DE S. PAULO

Conselheiro do CNJ pede cancelamento de contrato

26 JAN 2012

Promotor vê problema em compra de R\$ 68 mi

Um relatório finalizado ontem por um membro do Conselho Nacional de Justiça aponta indícios de irregularidades na licitação de R\$ 68 milhões realizada às pressas pelo órgão em dezembro e pede a anulação do contrato.

O documento, assinado pelo conselheiro e promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, será discutido na sessão marcada para hoje.

A assessoria do CNJ já informou que a área técnica pretende rebater e mostrar que não há irregularidades.

A licitação provocou polêmica em dezembro, quando uma das empresas participantes, a IBM, apontou um possível direcionamento a favor da vencedora, a NTC, representante da Oracle. A concorrência foi feita para a compra de software destinado ao cadastro nacional unificado de processos do CNJ.

O promotor aponta vícios na escolha da modalidade de licitação e na legalidade dela. "Observamos a ausência de planejamentos estratégicos e plano diretor na instrução processual o que materializa o total descumprimento de tais instrumentos pelo próprio CNJ", disse.

O episódio é mais um fator da turbulência política que tomou conta do CNJ nos últimos meses e colocou o secretário-geral do conselho, Fernando Marcondes, no centro da crise. Aliado do presidente do CNJ, Cezar Peluso, ele é quem cuida da gestão técnica e administrativa do órgão. Ele nega irregularidades.

Conselho pediu ao BC dados sigilosos de dez pessoas

A Corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) requisitou ao Banco Central, em 2011, dados sigilosos de dez pessoas do Poder Judiciário, com o intuito de investigar a suspeita de remessas ilegais ao exterior.

Desde a criação do conselho, em 2004, foi a primeira vez que houve pedido do tipo. Os ofícios foram enviados pela corregedora Eliana Calmon em maio de 2011.

Em junho, a área jurídica do Banco Central emitiu parecer autorizando o repasse de qualquer dado que fosse requisitado pelo conselho.

Para a corregedoria, não há quebra de sigilo. O órgão também disse que ofícios não têm relação com dados enviados pelo Coaf (órgão de inteligência do Ministério da Fazenda) sobre a investigação de movimentações atípicas.

FOLHA DE S. PAULO

ROGÉRIO GENTILE

Injustiça brasileira

SÃO PAULO - Daniela Toledo do Prado tinha 21 anos quando foi acusada por uma médica, em uma sala de emergência, de cometer um crime pavoroso: matar a própria filha, uma criança de um ano e três meses, com uma overdose de cocaína.

Em estado de choque, sem conseguir dizer quase nada em sua defesa, foi presa e levada pelos policiais, sob gritos de "vagabunda", para a cadeia, onde foi espancada.

Seu rosto ficou desfigurado. Teve a clavícula e a mandíbula quebradas. Perdeu a audição do lado direito — uma das detentas enfiou e quebrou uma caneta em seu ouvido. Apesar dos gritos, ninguém a socorreu e, somente após duas horas, foi levada, em coma, para o hospital.

Trinta e sete dias depois, porém, foi solta quando um laudo provou que não era cocaína o pó branco achado na mamadeira e na boca da menina. Mesmo assim, a Justiça só a absolveu em 2008, dois anos após perder a filha e, como ela costuma dizer, a sua própria vida.

Desempregada, evita até hoje sair de casa sozinha por medo de apanhar em razão da repercussão do caso — era chamada de "monstro da mamadeira". Toma antidepressivos, assim como seu filho de oito anos; diz sofrer dores fortes na cabeça e convulsões. "Não me esqueço do delegado. Dizia ter aberto o corpo de minha filha, que estava cheio de cocaína."

Embora terrível, o caso de Daniela não é uma exceção no Brasil. Cerca de 205,5 mil pessoas, ou 40% do total, estão encarceradas, muitas há anos, sem julgamento. São os chamados "presos provisórios", confinados frequentemente nas mesmas celas de criminosos condenados.

Quantos, de fato, são culpados e deveriam mesmo estar presos? Impossível saber. Os que um dia conseguirem provar sua inocência poderão recorrer à própria Justiça em busca de indenização. Daniela, após tanto sofrimento, conseguiu. Ganhará módicos R\$ 25 mil e uma pensão mensal vitalícia de R\$ 414. Isso, claro, se o governo Alckmin, que nega culpa do Estado no episódio, não conseguir reverter a decisão.

26 JAN 2012

26 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Delegacia algema preso à parede em Goiás

Superlotado, 1º DP de Anápolis usa argolas fixadas no corredor para os detentos; ministra dos Direitos Humanos vê tortura



Homem preso a argola em parede de delegacia em Anápolis (GO); local está superlotado

Delegado afirma ter adotado medida 'com constrangimento'; Estado diz que vai ampliar presídio

Superlotado e sem a possibilidade de transferir os seus detentos, o 1º Distrito Policial de Anápolis (GO) tem algemado presos a argolas fixadas nas paredes de um corredor.

A **Folha** esteve ontem na unidade, que tem uma cela com capacidade para cinco pessoas —ontem, tinha 17. A carceragem deveria receber apenas os presos em flagrante, que ficariam ali um dia antes de serem levados para centros de detenção.

Na tarde de ontem, porém, havia 24. Três estavam no corredor, um deles com a mão algemada numa argola, e outros quatro numa sala fechada só com um arame.

A situação era pior anteriormente, quando outros cinco estavam no corredor. Foram levados para outra unidade.

O delegado regional, Luiz Teixeira, assume a responsabilidade pelo uso das argolas.

“Tomei essa decisão com constrangimento, não é sadismo. Mas a situação nos obrigou e prefiro essa medida do que deixá-los soltos para cometerem agressão à sociedade. Seria prevaricar.”

A situação começou a se agravar em julho. A Justiça vetou a transferência de presos para o Centro de Internação Social de Anápolis, superlotado.

A ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse considerar o acorrentamento de presos “tortura”.

O governo de Goiás condenou em nota a ação do delegado e informou que vai ampliar o presídio de Anápolis, abrindo 90 novas vagas.

26 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Operação Pinheirinho

Reintegração de posse expõe manipulação política por militantes de esquerda e omissão do poder público no amparo às famílias retiradas

A reintegração de posse da gleba do Pinheirinho, em área de galpões industriais no extremo sul de São José dos Campos (SP), contemplou variados interesses pecuniários e políticos —mas não os da população desalojada com bombas, casquetetes e balas de borracha.

Importante polo industrial e tecnológico a 97 km de São Paulo, São José tem 637 mil habitantes e incidência de pobreza equivalente à metade da média do Estado. Nesse oásis de prosperidade estão destacados centros de pesquisa e empresas de alta tecnologia nos setores de defesa, aeroespacial, eletrônico e químico.

O terreno de 1,3 milhão de metros quadrados pertencia ao grupo Selecta, do empresário Naji Nahas, que foi à falência em 2004. No mesmo ano, a área começou a ser irregularmente ocupada.

A retomada e a venda da propriedade avaliada em R\$ 180 milhões poderão auxiliar na quitação de muitas dívidas. Entre elas, um débito de R\$ 16 milhões com a prefeitura local, nas mãos de Eduardo Cury, correligionário do governador Geraldo Alckmin (PSDB).

À frente da ocupação —uma favela com cerca de 6.000 pessoas— encontravam-se militantes esquerdistas vinculados a organizações sindicais e ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, o PSTU.

Não há dúvida de que esses li-

deres desejavam o confronto. Não interessam ao PSTU soluções reais para as carências habitacionais dos pobres. O objetivo, ao contrário, é fomentar conflitos. Em sua alucinação ideológica, isso evidenciaria a suposta impossibilidade de resolvê-las no quadro da democracia.

Poucos dias antes da operação, um desses líderes, Valdir Martins, ex-candidato a vereador pelo PSTU, revelou a disposição de levar inocentes a um enfrentamento que poderia resultar em mortes: "Ou a ordem de desocupação é suspensa, ou vamos assistir a um banho de sangue", declarou, ao mesmo tempo em que se anunciava a organização de uma milícia brancaleônica para resistir à polícia.

Martins contava, tudo indica, com abusos da autoridade pública por policiais militares despreparados. Sob governos estaduais dos mais diversos matizes, a PM parece sempre pronta a patrocinar espetáculos de truculência.

Felizmente não se verificou o propalado massacre, embora haja registro de excessos no cumprimento da determinação judicial, que precisam ser investigados. Entre eles, um ferimento por arma de fogo e ao menos um espancamento por guardas municipais —corporação ainda menos preparada para esse tipo de confronto.

Outro aspecto lamentável foi a inexistência de medidas eficazes para aplacar o drama das famílias. São elas as grandes vítimas da persistente precariedade habitacional, num país que cresce a olhos vistos, mas é incapaz de eliminar essas terríveis desigualdades.

FOLHA DE S. PAULO

DANILO DE FREITAS

O que houve em Pinheirinho?

A AÇÃO realizada pelo governo paulista por intermédio de sua Polícia Militar em Pinheirinho, São José dos Campos, usou o nome técnico de "reintegração de posse". Algum juiz chamaria, com base no direito que aprendeu, de reintegração de posse o que houve em Pinheirinho? Ou haveria como fazê-lo com base nos artigos e princípios reunidos pela Constituição?

Se o nome técnico de reintegração de posse é insuficiente para designar a ação realizada em Pinheirinho, o que houve lá, com a utilização abusiva de um mandado judicial, ato tecnicamente legítimo de um magistrado?

O ataque foi às seis da manhã. Para surpreender, como se deu, os ocupantes da ex-propriedade de Naji Nahas ainda dormindo ou nos seus primeiros afazeres pessoais.

O governo Alckmin e o prefeito de São José dos Campos, ainda que há muito sabedores de que a reclamada reintegração exigiria a instalação das 2.000 famílias desalojadas, não incomodaram nesse sentido o seu humanitarismo de peessedebistas.

Sair para onde? —Eis o impulso da resistência dos mais inconformados ou menos subjugados pelos séculos de história social que lhes cabe representar.

Não posso dizer o que acho que devesses fazer já à primeira brutalidade covarde da polícia. Seja, porém, o que for que tenham feito, o direito de defesa está na Constituição como integrante legítimo da cidadania. E se foi utilizado, duas razões o explicam.

Uma, a ação policial de maneiras e formas não autorizadas pelo mandado de reintegração de posse, por inconciliáveis com os limites legais da ação policial.

Ficam ali caracterizadas as responsabilidades de quem faltou com seus deveres e recorreu à arbitrariedade

26 JAN 2012

Segunda razão, a absoluta inexistência das alternativas de moradia que o governo Alckmin e o prefeito Eduardo Cury tinham a obrigação funcional e legal de entregar aos removidos, para não expulsar, dos seus forjados tetos para o danem-se, crianças, idosos, doentes, as famílias inteiras que viviam em Pinheirinho há oito anos.

Atendidas essas duas condições; só os que perdessem o julzo prefeririam ficar na área ocupada, e alguns até resistirem à saída. Logo, ficam ali caracterizadas as responsabilidades de quem faltou com seus deveres e, por ter faltado, recorreu à arbitrariedade plena: tiros e vítimas de ferimentos, surras com cassetetes e partes de armamentos (mesmo em pessoas de mãos elevadas, indefesas e passivas, como documentado); destruição não só das moradas, mas dos bens —perdão, bem nenhum— das posses mínimas que podem ter as pessoas ainda carentes de invasões para pensar que moram em algum lugar.

O que houve em Pinheirinho, São José dos Campos, SP, não foi reintegração de posse.

Essa expressão do direito não se destina a acobertar nem disfarçar crimes. Entre eles, o de abuso de poder contra governados.

26 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Polícia restringiu acesso da imprensa durante operação

Entrada de jornalistas em área de reintegração de posse em São José dos Campos foi monitorada

Prefeitura também limitou acesso a centro de triagem que encaminhava desalojados a abrigo

JEAN-PHILIP STRUCK
DE SÃO PAULO

Embora afirme que tenha "dado liberdade total" para a imprensa durante a reintegração de posse, a Polícia Militar impôs restrições ao acesso de jornalistas ao terreno da favela Pinheirinho, em São José dos Campos.

No domingo, primeiro dia de operação, a PM cercou as ruas da favela e não deixou ninguém entrar sob o argumento de que se tratava de uma medida de segurança.

VISITA GUIADA

Na segunda-feira, dia em que milhares de moradores ainda eram retirados do terreno de 1,3 milhão de m², os policiais restringiram a entrada de jornalistas.

Houve apenas "tour" programados que duravam apenas poucos minutos.

Como todas as ruas ao redor estavam fechadas, os repórteres eram levados em grupos em uma van da PM para próximo do terreno.

Só era possível observar parte das moradias.

Os jornalistas, então, desciam da van e eram proibidos pelos PMs de falarem com os moradores que recolhiam seus pertences. Apenas imagens eram permitidas.

RELAXAMENTO

No terça-feira, as regras foram relaxadas. A imprensa foi autorizada a circular den-

PM diz que foi preciso garantir a segurança

DE SÃO PAULO

O comandante da operação da PM no Pinheirinho, capitão Antero Alves, disse que não restringiu o trabalho da imprensa.

Segundo ele, por segurança, policiais acompanharam os repórteres nas incursões pela área.

Já a prefeitura afirmou que a imprensa ficou afastada para "não acirrar os ânimos", já que jornalistas com câmeras poderiam fazer com que moradores protestassem.

tro da invasão, mas o transporte permanecia sob a organização dos policiais.

Apenas ontem o acesso à área da invasão ficou livre.

No período de restrição à imprensa, a PM diz não ter havido incidentes entre seus homens e moradores.

NOS ARREDORES

O centro de triagem da Prefeitura de São José dos Campos montado para encaminhar os desalojados para abrigos fica do lado de fora da área do Pinheirinho.

Foi ao redor desse centro que ocorreram incidentes como carros e prédios incendiados, além dos confrontos de guardas e policiais com manifestantes contrários à reintegração de posse.

Nessa área, a circulação da imprensa era livre.

PARTE INTERNA

A Prefeitura de São José dos Campos também impôs restrições à imprensa.

A entrada no centro de triagem, onde chegavam os desabrigados, era controlada.

A alegação era que a presença de câmeras poderia agitar os desabrigados.

Já nos abrigos municipais, para onde eram levados os antigos moradores do Pinheirinho, o acesso foi permitido.

CONTINUA

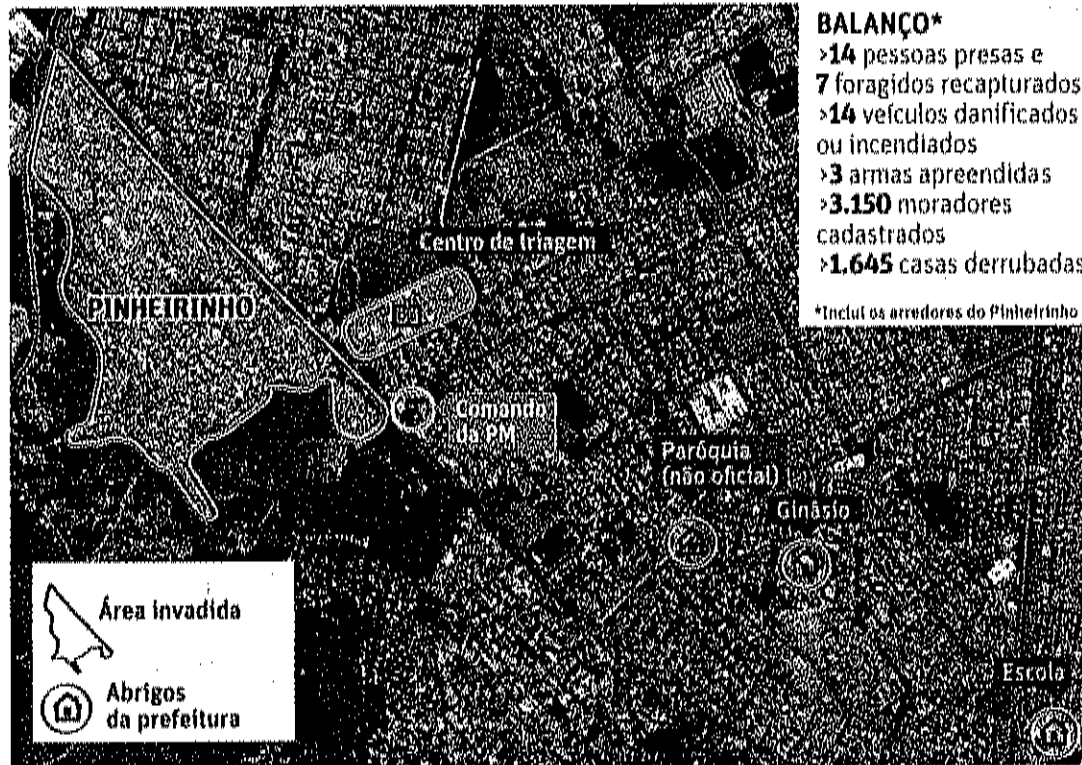
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

26 JAN 2012

AÇÃO POLICIAL NO PINHEIRINHO

Reintegração de área no interior paulista foi encerrada ontem

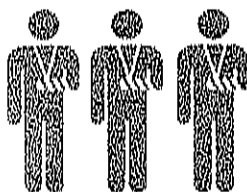


BALANÇO*

- >14 pessoas presas e 7 foragidos recapturados
- >14 veículos danificados ou incendiados
- >3 armas apreendidas
- >3.150 moradores cadastrados
- >1.645 casas derrubadas

*Inclui os arredores do Pinheirinho

POLÊMICAS



Número de feridos

RELATO OFICIAL

No balanço oficial, PM considera que não houve feridos na operação. Corporação afastou policial que aparece em vídeo agredindo homem com casetele e diz que a ação foi isolada

O QUE A REPORTAGEM OUVIU OU PRESENCIOU

Além da agressão do vídeo, há relatos de pessoas atingidas por balas de borracha e bombas de efeito moral. Um homem foi baleado, supostamente por guarda municipal



Demolição de imóveis onde ainda havia pertences de moradores

PM diz que os imóveis só foram derrubados com a supervisão de um oficial de Justiça e depois que os moradores declaram ter tirado seus pertences. Móveis e objetos podem ter sido deixados para trás pelos donos

Nas ruínas de alguns imóveis, a reportagem flagrou geladeiras e fogões novos. Moradores afirmaram que não conseguiram entrar nas casas ou que não havia espaço nos veículos disponíveis



Restrição à atividade da imprensa na área

Limitação foi feita no primeiro dia, para garantir a segurança. Depois, policiais acompanharam os repórteres, sem impedidos de fazer entrevistas

Acesso à comunidade foi limitado a algumas áreas, com a escolta da PM. Repórteres não podiam falar com moradores dentro do Pinheirinho

26 JAN 2012
FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PEDINDO SOCORRO

Chegaram a 137, até o início da tarde de ontem, as internações de usuários de drogas após a operação na cracolândia, deflagrada no dia 3. Todas foram voluntárias. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, a taxa já supera a média mensal dos últimos 30 meses, de 96 encaminhamentos. Entre julho de 2009 e dezembro de 2011, houve 2.888 internações —182 involuntárias, das quais 85 foram de menores.

PRÓPRIAS PERNAS

A secretaria afirma ainda que também aumentou a busca espontânea por tratamento, sem encaminhamento de agentes de saúde.

26 JAN 2012

GAZETA DO POVO

GANGUE DA DINAMITE

Juiz rebate acusação sobre demora para autorizar prisões

O juiz titular da Vara de Inquéritos Policiais (VIP), Pedro Sanson Corat, contestou ontem, por meio de nota, a reclamação do delegado titular da Delegacia de Furtos e Roubos (DFR), Guilherme Rangel, sobre a demora em autorizar a prisão dos suspeitos de integrar a chamada "gangue da dinamite". Na edição de ontem da Gazeta do Povo, o delegado afirmou que ainda não havia tido um retorno da justiça sobre os pedidos de prisão solicitados há seis dias. A "gangue da dinamite" tem sido responsável por inúmeros ataques a caixas eletrônicas no Paraná desde o início do ano.

O magistrado rebateu a informação do delegado e afirmou que os pedidos de prisões foram protocolados na VIP apenas no fim da tarde da última sexta-feira, dia 20. "Dado o trâmite processual, o pedido não é diretamente entregue nas mãos do

juiz, sendo encaminhado ao distribuidor criminal para devida numeração judicial", explicou Corat. Segundo ele, em razão do horário, a movimentação dos pedidos foi feita apenas na segunda-feira.

No mesmo dia, o documento chegou às mãos do Ministério Público para apreciação. "O promotor recebeu e analisou o pedido, devolvendo-o dentro de seu prazo regular de análise, que é de 24 horas, ou seja, no meio da tarde do dia 24 de janeiro de 2012, terça-feira." Na mesma data, Corat informou ter analisado e decidido sobre os pedidos, mas a conclusão das solicitações foi mantida em sigilo a pedido da polícia.

O magistrado ainda lembrou que a DFR investigava desde o segundo semestre do ano passado. De acordo com Corat, essa investigação foi interrompida na época e reiniciada a pedido da polícia na mesma data em que foram protocolada as prisões.

26 JAN 2012

GAZETA DO POVO CELSO NASCIMENTO

CAMPANHA ANTECIPADA

Justiça barra circulação de jornais pró-Ducci

Helberton Casca

O juiz da 4.ª Zona Eleitoral, Pedro Luís Corat, determinou que seja suspensa a distribuição do jornal de campanha do PSB e da Gazeta do Trabalhador, que trazem propagandas do prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB). A medida atende a uma ação do PT, que alega que os jornais fazem publicidade eleitoral antecipada. A decisão foi tomada pela Justiça Eleitoral no último dia 18, mas só foi divulgada ontem.

Na liminar, o juiz determinou também que o prefeito não faça ligações de telemarketing gravadas com menção a si mesmo. Essa prática já havia sido suspensa, também por uma decisão judicial, em dezembro do ano passado.

No despacho, Corat entendeu que o caso configura propaganda antecipada. "[...] A manutenção das alegadas propagandas pode atingir a igualdade dos candidatos na próxima eleição; e no momento não são permitidas pelo calendário eleitoral", afirma. O juiz ainda deu prazo de cinco dias para que Ducci, o PSB, e a Gazeta do Trabalhador apresentassem defesa.

No processo, o PT argumenta que a Gazeta do Trabalhador anuncia a candidatura de Ducci e a reeleição dele ainda no primeiro turno. Já o jornal do PSB mostraria o prefeito anunciando melhorias e divulgando obras futuras.

O advogado do PT, Gustavo Bonini Guedes, explica que cada ação judicial pode ter resultados diferentes, apesar de tratarem do mesmo tema. "Na Justiça comum pode ser determinada a devolução dos valores pagos [com o telemarketing] e, eventualmente, o Ministério Público pode entrar com outra ação por improbidade administrativa. Na Justiça Eleitoral, o caso pode resultar em multa de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil, ou o valor gasto nas propagandas", disse Guedes.

Já o advogado de Luciano Ducci, Alcides Munhoz da Cunha, afirmou que o prefeito ainda não foi citado e desconhece o teor da ação. "Não me impressiona isso [as denúncias]. Estamos cuidando de um virtual candidato. É normal que ocorra isso."

Segundo Cunha, será apresentada a defesa de Ducci para derrubar a tese de propaganda antecipada. "Tudo depende do contexto da veiculação. Temos que analisar uma a uma [as publicações]. O juiz dá uma liminar como uma garantia, mas isso vai ser esclarecido."

A reportagem procurou representantes do PSB e da Gazeta do Trabalhador para comentarem a decisão, mas não obteve retorno aos pedidos de entrevistas.

DEBÓVIVO

Quem pagou? 1

De onde saiu o dinheiro que pagou a campanha de telemarketing do prefeito Luciano Ducci? A pergunta foi feita pelo juiz da 4.ª Zona Eleitoral, Pedro Luís Corat, que ontem determinou ao prefeito que não dê continuidade a esse tipo de propaganda. O juiz entendeu que a campanha foi ilegal e que sua eventual continuidade "poderá causar prejuízo irreparável aos futuros candidatos. A próxima eleição municipal de Curitiba, vez que estes não têm a vantagem do representado Luciano Ducci, que tem a máquina pública ao seu dispor".

Quem pagou? 2

Para quem não se lembra: no fim de novembro passado, milhares de curitibanos receberam telefonemas em que uma gravação, com a voz do prefeito, enaltecia obras de sua administração. O diretório municipal do PT entrou na Justiça e, já nos dias seguintes, obteve liminar da 7.ª Vara da Fazenda Pública para suspender a propaganda. Ontem, quase dois meses depois, a Justiça Eleitoral confirmou o mesmo entendimento. A mesma decisão proíbe também a distribuição do jornal do PSB com propaganda do prefeito.

26 JAN 2012

GAZETA DO POVO

CURITIBA

18,2% do eleitorado não se recadastrou

Vitor Geran

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) informou ontem que 229.564 eleitores de Curitiba não realizaram o recadastramento biométrico (impressão digital) e terão o título de eleitor cancelado. O número corresponde a 18,2% dos 1.256.516 eleitores que deveriam realizar o procedimento, cujo prazo se encerrou na semana passada.

Ao todo, 1.026.952 fizeram a atualização, 21.739 a mais que os 80% necessários para que as eleições de 2012 já ocorressem pelo novo processo, segundo o TRE-PR. De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, foram cadastrados, neste ano, 107.104 novos eleitores.

Durante o processo, realizado entre 28 de março de 2011 e 20 de janeiro de 2012, o TRE-PR realizou a transferência de 35.916 títulos de Curitiba para outros municípios.

A Central de Atendimento ao

Eleitor funcionou por 255 dias. Foram realizados, em média, cerca de 4 mil atendimentos por dia. O dia de maior movimento foi o último (20 de janeiro), quando 14.168 pessoas passaram pelo TRE-PR.

O tribunal retomou o atendimento aos eleitores ontem. A prioridade é para títulos novos e transferências, mas a assessoria de imprensa do órgão informou que os eleitores que desejarem realizar o recadastramento podem comparecer ao TRE-PR.

Mesmo realizando o recadastramento agora, eles poderão ser convocados a retornarem futuramente para regularizar a situação, provavelmente com o pagamento de multa, por não terem realizado o procedimento dentro do prazo.

Os procedimentos que serão adotados para a regularização serão anunciados no dia 31 de janeiro.

COLUNA DO LEITOR

Recadastramento eleitoral

Sou terminantemente contra a abertura de novo prazo para o cadastramento biométrico por parte do TRE. O prazo foi dado, amplamente divulgado, a Justiça Eleitoral chegou a enviar correspondência para os eleitores retardatários. Enfrentou fila quem, como bom brasileiro, deixou para a última hora. Me sinto um otário cada vez que vejo essas notícias. Cumpro minhas obrigações de cidadão, respeito as leis e as normas vigentes, pago meu impostos em dia. Agora, para beneficiar os folgados, abrem-se novos prazos, lançam-se "refis", isentam-se de multas e juros, ou ainda perdoam-se as dívidas.

Wilson Leonardo Doris

26 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Educação e trabalho na prisão reduzem reincidência no crime

No Paraná, 30% dos presos estudam e 25% trabalham. Meta é chegar a 100%. Na penitenciária feminina, metade das internas trabalham

Paola Carriel

Um dos maiores desafios da segurança pública no Brasil é garantir que egressos do sistema carcerário não voltem a cometer crimes. Para isso, é preciso acesso à educação e à profissionalização. Embora não exista pesquisa nacional a respeito, especialistas afirmam que quando o preso trabalha ou estuda a reincidência cai de 70% para 20% (leia mais nesta página). Essa é a aposta do Paraná, que até o fim de 2014 quer todos os internos de seu sistema penitenciário estudando ou trabalhando.

Uma parceria entre a iniciativa privada e o governo estadual fez com que, nos últimos 15 anos, 250 mulheres pudessem trabalhar enquanto cumpriam a pena de privação de liberdade no estado. A ação da empresa Bematech na Penitenciária Feminina do Paraná, localizada em Piraquara,

Região Metropolitana de Curitiba, começou há quase duas décadas por sugestão de um funcionário que desenvolvia uma ação de voluntariado.

Os gestores da empresa, que trabalha com automação comercial, acataram a sugestão de montar um canteiro de produção dentro da penitenciária e oferecer uma oportunidade às presidiárias.

A iniciativa foi bem sucedida e hoje trabalhar na empresa é o desejo de quase todas as mulheres, que passam por um longo e concorrido processo de seleção, envolvendo desde bom comportamento até competências individuais.

Boa produtividade

Duas vezes por semana um funcionário da Bematech vai até a penitenciária para entregar materiais e realizar uma formação com as mulheres. "Elas trabalham como qualquer fornecedor e têm uma boa produtividade", conta o presidente da empresa, Cleber Moraes. Para ele, esta é uma forma de contribuir com a sociedade e fazer uma ação de responsabilidade social.

Das 421 mulheres que hoje estão presas na penitenciária feminina, 206 trabalham. Há no local, além da Bematech, uma empresa de costura. Vice-diretora da unidade, Daniela Fidalgo de Barros explica que parte da remuneração

recebida é destinada aos familiares, que muitas vezes usam a verba para comprar itens de higiene pessoal e alimentação para as próprias detentas. Cerca de 20% do salário fica em uma poupança, entregue no dia da soltura. Daniela conta que o trabalho também proporciona uma rotina mais tranquila dentro da penitenciária.

ONGs e direitos

O trabalho de organizações não governamentais também é fundamental para a garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade e para a ressocialização dos presos. Instituições como a Pastoral Carcerária e Justiça Global foram as responsáveis por levar a público as graves violações que ocorrem nas penitenciárias brasileiras.

No Paraná, a ONG Iddeha (Instituto de Defesa dos Direitos Humanos) criou um centro de referência no complexo penal de Piraquara após uma rebelião em 2010.

A organização foi procurada por familiares dos presos e ajudou na mobilização por melhores condições, além de receber denúncias e realizar encaminhamentos jurídicos. A assistente social do Iddeha, Renaria Silva, conta que algumas mulheres chegaram a criar uma rede para acompanhar as reivindicações. Hoje o projeto está paralisado por falta de verbas.

26 JAN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Entrave nos governos deixa vagas em aberto

Em 2009, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou o programa Começar de Novo, com o objetivo de garantir aos ex-detentos uma oportunidade de trabalho, para que possam recomeçar a vida com alguma expectativa. Até agora, 2.211 presos já encontraram trabalho por meio da iniciativa, mas ainda há entraves nos governos estaduais e 2,8 mil vagas ainda não foram preenchidas.

Além de fazer campanhas para conscientizar a sociedade, o CNJ lançou o Portal de Oportunidades, onde empresas podem se cadastrar e disponibilizar vagas tanto para presos quanto para egressos do sistema carcerário. Outra ação do órgão foi o lançamento de duas cartilhas, para homens e mulheres, explicando os direitos e os deveres dos detentos.

Em setembro do ano passado, o ministro Cezar Peluso, atual presidente do CNJ, declarou que o Brasil tem uma das maiores taxas de reincidência do mundo, com 70%. Isso significa que, de cada 10 presos,

sete voltam a cometer crimes após serem libertados. Segundo o órgão, hoje só 14% dos detentos trabalham e apenas 8% estudam.

No Paraná, a meta é de 100% de acesso à profissionalização e educação até o fim de 2014. Ou seja, o governo pretende que todos os presos em penitenciárias do estado estejam trabalhando ou estudando. No fim do ano passado, 30% dos apenados estavam estudando (contra 24% em 2010) e 25% trabalhavam (eram 22,5% no ano anterior).

O Começar de Novo teve início a partir da realização dos Mutirões Carcerários, explica o juiz auxiliar da presidência do CNJ Márcio Fraga. "A soltura sem possibilidade de a pessoa se restabelecer não adiantava", explica. Para os empresários que aceitam o desafio de empregar detentos e ex-detentos, Fraga diz que os benefícios são grandes. "Eles são geralmente bastante dedicados ao trabalho e existem vantagens previdenciárias. Além disso, há a responsabilidade social." (PC)

"A soltura sem possibilidade de a pessoa se restabelecer não adiantava. Eles são geralmente bastante dedicados ao trabalho e existem vantagens previdenciárias. Além disso, há a responsabilidade social."

Márcio Fraga, juiz auxiliar da presidência do CNJ.

Conscientização

esse é o trabalho do CNJ
junto ao empresariado.

Remuneração

parte fica com a família e
parte o preso retira ao sair.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

DISPARIDADE

CONTINUAÇÃO

26 JAN 2012

Renda de ex-detentos é menor

Faltam pesquisas para avaliar o sistema carcerário brasileiro e a reincidência dos detentos. Alguns especialistas afirmam que, quando o preso trabalha ou estuda, a reincidência cai dos alarmantes 70% para 20%, mas os estudos não têm abrangência nacional. O governo de São Paulo, por exemplo, faz um acompanhamento mais intensivo dos egressos e o último censo penitenciário do estado, de 2002, mostra que 42% da população carcerária é composta de reincidentes.

Um estudo realizado em São Paulo pelo Ilanud, órgão das

Nações Unidas para a prevenção de delitos, mostrou que metade dos 127 egressos entrevistados não trabalhou após deixar a prisão. Entre os que declararam trabalhar, apenas 6,3% eram registrados sob o regime da CLT. Enquanto a renda média dos demais trabalhadores da região Sudeste era de R\$ 1.042, os ex-detentos recebiam apenas R\$ 325.

Outro dado alarmante é que, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), 178,5 mil presos têm apenas o ensino fundamental incompleto e 27 mil são analfabetos.

SEGUNDA CHANCE

Esperança de uma nova vida fora da prisão

Para Maria (nome fictício), a oportunidade de emprego é a esperança para uma nova vida fora da prisão. Ela está encarcerada há quatro anos e três meses, e trabalha desde o início. A ocupação é uma forma de adiantar a pena, estipulada em 21 anos. O esforço da jovem de 22 anos já rendeu dois diplomas de costureira profissional, mais a experiência como soldadora na Bematech. "Trabalhar é importante para mostrar que, por mais que eu esteja presa, sou importante. Alguém precisa de mim", diz. Os planos incluem voltar a estudar e torcer pela revisão da pena. "Mereço uma segunda chance e quero mostrar meu valor."

VANTAGENS

Veja o que cada um ganha:

A EMPRESA

- ▶ O trabalho do preso no regime fechado e semiaberto não está sujeito ao regime da CLT. O empresário fica isento de encargos como férias, 13º e FGTS. Dependendo do piso salarial, a redução nos custos da mão de obra pode chegar a 50%;
- ▶ A remuneração mínima corresponde a 3/4 do salário mínimo;
- ▶ Só são encaminhados às vagas de trabalho externo candidatos selecionados pela Comissão Técnica de Classificação (CTC) de cada unidade penal;
- ▶ Nas licitações para obras de construção, reforma, ampliação e manutenção de unidade prisional, o aproveitamento de mão de obra de presos poderá ser considerada fator de pontuação, a critério da legislação estadual ou municipal;

OPRESO

- ▶ Para cada três dias de trabalho, um dia é reduzido da pena;
- ▶ Remuneração é dividida em três partes iguais, conforme a Lei de Execução Penal (LEP). Uma para o preso, outra para a família e parte fica retida em uma poupança, retirada pelo preso após a liberdade

GAZETA DO POVO

Pastor é 26 JAN 2012 acusado de abusar de 7 crianças

Líder evangélico foi preso em Manaus depois de fugir de Curitiba. Segundo a polícia, câmeras escondidas flagraram o assédio às vítimas

Phillipe Anthal e Vitor Geron

O pastor evangélico Geraldo Pereira Nunes, de 69 anos, que foi preso na última segunda-feira, em Manaus (AM), é acusado de ter abusado sexualmente de pelo menos sete crianças em Curitiba, segundo a Polícia Civil. De acordo com as investigações, o acusado se valia de sua condição de pastor para ganhar a confiança das vítimas e usava doces e dinheiro para atraí-las.

A delegada Maricy Montáguia, do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Víctima de Crime (Nucrí), disse que as vítimas tinham entre 9 e 12 anos quando foram violentadas: foram seis meninas e um menino. Apesar da suspeita de sete casos, é possível que mais crianças tenham sido abusadas. "Os estupros vinham ocorrendo há muito tempo, porque ele [Nunes] tinha contato direto com as crianças. Por ser pastor, muitos pais não acreditavam que seus filhos estavam sofrendo os abusos", afirmou a delegada.

Trauma

A última vítima a se apresentar à polícia tem hoje 25 anos e só procurou as autoridades em novembro do ano passado, quando soube que outros casos atribuídos ao pastor estavam sendo investigados. "Ela disse que foi abusada dos 10 aos 12 anos por ele [Nunes], mas que não sentiu segurança para denunciar o caso por temer que ninguém acreditaria nela. Ainda hoje, ela demonstra estar muito traumatizada", disse Maricy.

As investigações apontam que os abusos ocorriam na secretaria de uma igreja da Assembleia de Deus no bairro Cajuru, em Curitiba. As crianças eram convidadas pelo pastor a jogar no computador, antes dos cultos. De acordo com a delegada, elas se sentavam no colo de Nunes para jogar e ganhavam doces e dinheiro. Enquanto isso, ele acariciava o corpo delas.

De acordo com Maricy, assim que souberam dos estupros, alguns pais entraram em contato com outro pastor, que seria chefe de Nunes. Com as suspeitas, ele instalou duas câmeras na secretaria da igreja, que gravaram os crimes. "Já no primeiro dia [em que os equipamentos foram instalados] foram filmados abusos", contou a delegada.

O inquérito policial é constituído, entre outros elementos, por três vídeos que mostram duas crianças sendo abusadas e laudos periciais com a

avaliação psicológica das vítimas. Segundo a delegada, todas as crianças avaliadas psicologicamente relataram a mesma história e contaram o mesmo abuso.

"Alguns pais, mesmo depois de assistir aos vídeos, ainda demonstravam pena do acusado. Eles [os pais das vítimas] diziam: 'coitado, ele já é velho. Será que ele vai ficar preso muito tempo?', relatou a delegada.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

26 JAN 2012

“Os estupros vinham ocorrendo há muito tempo, porque ele [Nunes] tinha contato direto com as crianças. Por ser pastor, muitos pais não acreditavam que seus filhos estavam sofrendo os abusos.”

Maricy Montágua, delegada do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítilma de Crime (Nucrla)

Suspeito furtou R\$ 3 mil e fugiu

Após saber que estava sendo investigado, o pastor Geraldo Nunes teria furtado R\$ 3 mil da Igreja em Curitiba e fugido para São Paulo. De lá, seguiu para Manaus, onde se refugiou na casa da irmã, uma missionária religiosa. Segundo informações da Polícia Civil amazonense, o religioso havia se mudado para o estado há dois meses. O mandado de prisão por estupro de vulnerável havia sido

expedido no dia 13 de janeiro pela Vara de Crimes Contra Criança e Adolescente do Paraná.

Nunes foi localizado por policiais civis na casa da irmã, no bairro Cidade Nova. A prisão ocorreu depois que a delegada Maricy Montágua, do Nucrla, entrou em contato com as autoridades amazonenses, pedindo apoio, já que havia indícios de que o pastor evangélico estava em Manaus.



De acordo com a investigação, Geraldo Nunes dava doces e dinheiro para as vítimas e as convivia para brincar no computador.

GAZETA DO POVO

CARGOS COMISSIONADOS

26 JAN 2012

MP promete colibir excessos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas promete fechar o cerco contra o abuso de funcionários comissionados – de livre nomeação e indicação política – nas câmaras municipais do Paraná. A Informação foi divulgada ontem pelo MP de Contas, após a **Gazeta do Povo** ter publicado reportagem mostrando o exagero de servidores em cargos comissionados nos legislativos municipais.

Atualmente, apesar de a legislação prever que os cargos em comissão sejam a exceção no poder público, a maioria dos legislativos paranaenses tem número de comissionados muito maior do que o de concursados.

Pela Constituição Federal, comissionados só podem ocupar funções de direção, chefia e assessoramento. No entanto, segundo o MP de Contas,

apenas 69 câmaras do Paraná (17% das 399 existentes) respeitam a exigência – várias prefeituras também descumprem a norma. Desde abril do ano passado, o órgão notificou quase mil prefeituras, câmaras e órgãos públicos a respeito dessa e de outras irregularidades, que vão desde improbidade administrativa até nepotismo. "Não somos contra os cargos em si, mas contra os excessos ou a utilização indevida", afirma o procurador-geral do MP de Contas, Laerzio Chiesorin Jr.

O trabalho do MP de Contas está sendo realizado em conjunto com o Ministério Público Estadual. A Câmara de Maringá foi uma que já promoveu demissões de comissionados. E a exoneração no Legislativo de Ponta Grossa foi exigida pelo MP na semana passada.

COLUNA DO LEITOR

Supersalários de juízes

Não é a toa que os juízes andam com medo da investigação do CNJ. Esse valor de R\$ 150 mil no contra-cheque é inadmissível, por isso a AMB quer barrar qualquer tipo de investigação no Judiciário. Nós vivemos numa ditadura democrática, pois os juízes estão sentados do lado direito do poder, lógico que recebendo muito por isso e sem serem incomodados.

Osmar de Oliveira, Umuarama – PR

26 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Juiz quer informações sobre 'marketing' de Ducci

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - A Justiça Eleitoral determinou, em decisão liminar, que o prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), informe como foram pagos os custos com telemarketing anunciando obras da prefeitura e com jornais que poderiam configurar propaganda eleitoral antecipada. A decisão, do juiz da 4ª Zona Eleitoral de Curitiba Pedro Luís Sanson Coral, atende representação feita pelo diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT).

Com a liminar, a Justiça estabelece que não pode mais haver telefonemas para a casa dos moradores curitibanos referindo-se a obras que estão acontecendo na cidade e que não haja mais distribuição dos jornais Gazeta do Trabalhador e Jornal de Campanha do PSB nos quais, segundo o PT, ficou clara a propaganda do prefeito como candidato à reeleição.

A propaganda eleitoral é permitida somente após o dia 5 de julho e, segundo o juiz eleitoral, "a manutenção das alegadas propagandas pode

atingir a igualdade dos candidatos na próxima eleição". "Se insistir neste tipo de atitude, o atual prefeito pode ter inclusive o registro de candidatura negado", afirma o advogado autor da ação, Gustavo Guedes.

No início de dezembro, uma outra decisão liminar, da 7ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, já havia proibido a prefeitura de veicular qualquer mensagem de telemarketing que faça referência ao nome do prefeito ou de utilizar a voz dele em telefonemas à população da capital, como havia ocorrido nas semanas anteriores. A mesma decisão também proibiu que a prefeitura utilizasse o site oficial do município para fazer propaganda pessoal a Ducci e que o prefeito reproduzisse imagens, ou textos produzidos para o veículo oficial em seu site pessoal. O advogado de Ducci para questões eleitorais, Alcides Munhoz da Cunha, disse que prefere se pronunciar sobre o caso depois de receber a citação do prefeito, o que ainda não havia acontecido até o início da noite de ontem.

Por um fio **MAZZA**

Ducci recebeu um cartão amarelo da Justiça por causa dos telefonemas promocionais fora de prazo e, portanto, ilegais. Poderia ser vermelho porque houve intenção pedagógica do juiz, advertindo-o de que em reincidência teria o registro da candidatura negado. Tem mais: testemunha chave do Caixa 2 de Riche-Ducci, que está sob proteção, vem com tudo que talvez transforme aquilo que parecia um pecado venial em mortal.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Indefinição no TRE

26 JAN 2012

Pela segunda vez nesta semana, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná cancelou uma coletiva de imprensa na qual seria explicado como devem proceder os eleitores que não fizeram o cadastramento biométrico, necessário para quem vota em Curitiba, e cujo prazo se encerrou na semana passada. A informação mais recente é que a nova cúpula diretiva do TRE vai repassar os detalhes, agora na semana que vem, quando serão empossados o desembargador Rogério Kanayama, como novo presidente do órgão, e o desembargador Rogério Coelho como novo corregedor e vice-presidente.

Funcionamento

A sede do TRE em Curitiba ficou fechada segunda-feira e terça-feira, reabrindo ontem. De acordo com a assessoria de imprensa do TRE, o órgão está aberto apenas para fazer títulos novos e para casos de transferência de título de eleitor. Quem precisa regularizar a situação, após a biometria, deve aguardar a homologação dos dados, que será feita pelo novo presidente do TRE.

Números finais

A estimativa de títulos cancelados pelo TRE em Curitiba (por ausência de cadastramento) ficou em quase 230 mil. Do número mínimo necessário de pessoas cadastradas para que Curitiba recebesse a votação pelo sistema biométrico neste ano (pelo menos 80% dos eleitores), o TRE do Paraná conseguiu atingir uma marca apenas levemente maior: 81,73%, o correspondente a 1.026.952 títulos revisados. No último dia, que teve maior movimento, com filas de mais de cinco hora de espera, foram atendidas 14.168 pessoas.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 26 JAN 2012

Reintegração

Duas servidoras da Prefeitura de Borrazópolis (Norte) foram reintegradas ao cargo por decisão da Justiça do Trabalho de Ivaiporã, proferida na última segunda-feira. Elas haviam sido demitidas em dezembro do ano passado, depois de se aposentarem. A prefeitura alega que está cumprindo a lei. Porém, o entendimento das servidoras - acatado pela Justiça e que prevalece no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no Supremo Tribunal Federal (STF) - é que a aposentadoria não é motivo de demissão, mesmo de servidores públicos, desde que os funcionários tenham se aposentado pelo Regime Geral da Previdência (INSS) e não por um regime público específico para servidores públicos.

■ Outros empregados da Prefeitura de Borrazópolis - que são celetistas e não estatutários - teriam sido demitidos depois de se aposentarem.

■ Pela decisão do juiz do Trabalho Paulo José Oliveira da Nadei, as servidoras - que são professoras - devem retornar ao cargo imediatamente. O procurador jurídico do município informou que não foi notificado da decisão.

Voltou o acampamento

O grupo de populares de Campo Magro, na Região Metropolitana de Curitiba, voltou a montar acampamento em frente à Câmara de Vereadores ontem pela manhã. Agora, o acampamento está "aprimorado", com barracas fixas e aparelhos de TV. Eles prometem permanecer no local até a terça-feira da semana que vem, quando o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná deve analisar processo de cassação do prefeito da cidade, José Antonio Pase (PMN), acusado de locação irregular de veículos e de contratação de funcionários "fantasmas".

Vereador cassado

O vereador Ondi Afonso Kist (PSDB), de Quatro Pontes, município com aproximadamente quatro mil habitantes no Oeste do Paraná, foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por infidelidade partidária. O PMDB, partido pelo qual Kist se elegeu, entrou com a ação no tribunal em 2008, quando o vereador decidiu mudar de sigla. A reportagem não conseguiu falar com o vereador cassado, que ainda pode recorrer da decisão.

MILITÃO

Mulher rica na justiça

Val Marchiori, a polêmica participante do reality Mulheres Ricas, às segundas-feiras pela Rede Bandeirantes (aqui na Tarobá), responde processo na Justiça de São Paulo. A ação que corre no Fórum João

Mendes Junior foi requerida pelo "suposto marido" dela. Os advogados que o representam pedem um medida cautelar. O juiz analisa "o risco de delapidação do patrimônio dos filhos dela". No despacho inicial, o juiz não considerou as reportagens publicadas por jornais e revistas como relevantes. Em outra ação, no mesmo Fórum, Val (Valdirene Aparecida de Marchiori) pede indenização de R\$ 1 milhão para uma outra pessoa.

26 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Prisão de pastor ocorreu após denúncias de crianças

Curitiba - Graças à insistência das pequenas vítimas em denunciar o abuso, o pastor de 69 anos que teria cometido os crimes no Paraná foi preso na segunda-feira em Manaus. Segundo o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (Nucrí), sete crianças com idades entre 9 e 10 anos (seis meninas e um menino) foram violentadas pelo criminoso. A princípio seriam quatro, mas o número cresceu e pode aumentar ainda mais, pois o pastor já morava em Curitiba havia 16 anos, vindo de Culabá (MT), e há 13 trabalhava numa igreja localizada no bairro Cajuru. As informações são da delegada Maricy Mortágua Santinelli.

Nos depoimentos as vítimas afirmaram que o pastor as chamava para jogar no computador que fica na secretaria da igreja e, durante os jogos, ele as molestava sexualmente. Um destes casos envolve uma mulher de 25 anos, que confirmou que foi molestada dos 10 aos 12 anos dentro da igreja e, somente agora, foi até a delegacia prestar queixa.

De acordo com a polícia, ela guardou segredo porque não imaginava que alguém fosse acreditar na história. "Esta vítima, como todas as outras, tiveram dificuldades para denunciar porque existia uma forte relação de confiança dos pais com o pastor. Então as crianças tentaram gravar nos celulares, por iniciativa própria os atos que eram praticados contra eles", disse a delegada Maricy.

"Entretanto, como não conseguiram filmar, as crianças decidiram contar para os pais sobre os abusos. Eles chegavam mais cedo na Igreja e acabam sendo levadas para a secretaria, onde ocorriam os crimes", completou.

Inquérito

Em outubro do ano passado, segundo a polícia, os pais procuraram o responsável pela igreja que optou por colocar duas câmeras na sala da secretaria. Com isso foi possível gravar os crimes. Nas gravações o pastor é flagrado acariciando duas crianças e dando doces e dinheiro em troca.

O inquérito policial foi instaurado em novembro, quando o pastor responsável levou os vídeos de abuso até a sede do Nucrí, em Curitiba. Entretanto, destacou Maricy, no mesmo mês, o suspeito teria tomado conhecimento das denúncias e fugiu para São Paulo e, na sequência, para Manaus.

Como antecipou a reportagem da Folha na edição de ontem, o criminoso foi encontrado na casa da irmã, na capital manauara, após ter o mandado de prisão expedido pela 12ª Vara Criminal da Capital, e está preso na sede da Força Especial de Resgate e Assalto (Fera). Ele deve ser transferido para Curitiba até o final de semana. Caso seja condenado, o pastor pode pegar de 8 a 15 anos por cada um dos crimes.

Segundo a polícia, as investigações continuarão para identificar outros crimes que possam ter sido cometidos pelo

pastor. Quem tiver mais informações pode entrar em contato com o Nucrí pelo telefone (41) 3244-7893, sem a necessidade de identificação.

26 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juizado Especial inaugura posto no Procon-PR

O Posto Avançado dos Juizados Especiais na sede do Procon de Curitiba começou a funcionar na segunda-feira (23). O Posto faz parte do programa Justiça ao Consumidor, que facilita o acesso à Justiça quando problemas nas relações de consumo não tiverem êxito no âmbito administrativo.

O consumidor que for ao Procon e não resolver seu problema administrativamente poderá no mesmo local entrar com uma ação judicial, saindo inclusive com data de audiência marcada.

Na cerimônia de instalação do Posto Avançado estiveram presentes o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto; o 2º vice-presidente, desembargador Ivan Bortoleto; a coordenadora do Procon/PR, Cláudia Silvano; e o servidor Fábio Henrique Bartolini Baggio, responsável pelo Posto Avançado, que funciona na rua Presidente Faria 431, Centro, das 10 às 17h, de segunda a sexta-feira.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVALIAÇÃO

26 JAN 2012

CNJ presta contas de atividades em 2011

Relatório Anual do Conselho retrata
situação do Judiciário no país

O texto final do Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será avaliado e votado pelos conselheiros durante sessão extraordinária a ser realizada na hoje (26). Esta será a 16ª. sessão extraordinária do CNJ e foi convocada pela Portaria 135, de 7 de dezembro de 2011.

O Relatório Anual retrata a situação do Judiciário no país, como também faz uma espécie de prestação de contas das atividades do CNJ ao longo do ano. Após aprovado, o texto será enviado ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, para ser incluído na mensagem dirigida ao Congresso Nacional durante a abertura do ano legislativo.

Download

Pela primeira vez, o documento – que, impresso, teria aproximadamente 200 páginas – será produzido apenas em formato eletrônico e estará disponível para download na página oficial do CNJ (www.cnj.jus.br).

“A ideia é que a leitura do documento seja mais agradável e mais informativa. Fotos, infográficos e hiperlinks direcionarão o leitor aos temas e programas específicos”, diz Fabiano de Andrade Lima, diretor do Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do CNJ.

Para facilitar a pesquisa e a leitura dos dados, os textos serão dispostos em forma de revista eletrônica. O documento será disponibilizado para os tribunais do país, para órgãos e entidades dos três poderes e para a sociedade civil.

26 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Jorge Maurique é nomeado desembargador do TRF4

O juiz federal Jorge Antonio Maurique foi nomeado hoje (25/1) para o cargo de desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). O decreto assinado pela presidente da República, Dilma Rousseff, foi publicado no Diário Oficial da União.

A data da posse ainda não está definida. Maurique ocupará vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Dirceu de Almeida Soares.

Maurique nasceu em 1960, na cidade de São Luiz Gonzagu (RS). Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1984. Atuou como advogado até 1987, quando assumiu como juiz de Direito no

Estado de Santa Catarina. Ingressou na magistratura federal da 4ª Região em setembro de 1993. Atuou nas Subseções Judiciárias de Caxias do Sul (RS), Porto Alegre e Florianópolis. Atualmente, é o juiz titular da 2ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Cível Adjunto de Criciúma (SC). Esteve atuando como convocado no TRF4 entre junho de 2009 e novembro de 2011.

Em sua carreira jurídica, destaca-se ainda sua atuação como presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), entre 2004 e 2006. Maurique também atuou como conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2007 a 2009.

26 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Defensoria do Rio terá primeiro concurso público com cotas para negros e indígenas

A Defensoria do Estado do Rio de Janeiro vai destinar 20% das vagas do próximo concurso, a ser realizado em março, para negros e indígenas. O regulamento do concurso foi publicado na terça-feira (24) no Diário Oficial do Governo do Estado. Os candidatos vão concorrer a 27 vagas e aqueles que se autodeclararem negros ou indígenas, se forem aprovados, terão vantagem em eventual empate, bem como se o número de aprovados passar do número de vagas.

O defensor público geral do Rio, Nilson Bruno, que é negro, acredita que a medida democratizará o acesso a um grupo que não tem condições financeiras para se preparar para um concurso como esse.

"Em um universo de 773 defensores, temos entre dez e 12 negros. Eu sou o único secretário de estado negro no Rio de Janeiro. Após menos de 200 anos de abolição da escravatura, os negros ainda não têm as mesmas condições [que os brancos] de disputar as carreiras jurídicas hoje. Por isso, precisamos dar um salto de qualidade nessas ações afirmativas para que essa desigualdade seja minimizada", declarou o defensor.

Em junho do ano passado, o governador do Rio, Sérgio Cabral, assinou decreto que determina que todos os concursos públicos no estado reservem 20% de suas vagas para negros e indígenas.

Na opinião de Frei Davi, um

dos fundadores do grupo Educafro, entidade de inclusão educacional de negros no país, a Defensoria do Rio se adianta e sai da meritocracia injusta, adotada pelas instituições públicas, que reforçam os erros históricos e sociais cometidos no país.

"A Defensoria do Rio está democraticamente servindo de exemplo para as demais defensorias do Brasil. É inaceitável que em um país com mais da metade da população composta de negros e pardos, que esses grupos tenham tão pouca representatividade nas instituições públicas".

O representante do Educafro lembrou que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 51% da população brasileira é afrodescendente. No entanto, menos de 2% dos defensores públicos são negros. O número de juízes e de promotores negros não chega a 1% na maioria dos estados brasileiros.

Ainda segundo o representante da Educafro, das mais de 180 universidades públicas que adotam políticas de ação afirmativa, 30 realizaram pesquisas que comprovam que os cotistas têm notas iguais ou superiores às dos demais alunos. "O Brasil está em processo de redescoberta e as organizações sérias, com esses resultados, certamente devem aumentar a percentagem para os cotistas", afirmou Frei Davi.

26 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Eseje-PR divulga relatório das atividades de 2011

A diretoria da Escola dos Servidores da Justiça estadual do Paraná (Eseje) divulgou o relatório anual das atividades de 2011. "Alcançamos 2.321 participações de servidores em eventos de capacitação, registrando investimento de R\$ 172.470,87 relativos à atividade de instrutoria interna e inscrições em eventos externos de livre oferta", afirma a coordenadora da Eseje, Rosilda Olivo.

O plano anual priorizou a continuidade da graduação em Gestão Pública, com a formatura da primeira turma e andamento da segunda; formação inicial para

servidores recém-nomeados – analistas e técnicos judiciários –, com a realização de sete turmas em Curitiba; formação inicial de servidores recém-nomeados para as unidades judiciais estatizadas e instaladas; formação para o desempenho da atividade de oficial de Justiça, com a realização de cinco turmas; atendimento às demandas pontuais de inscrição em eventos externos e aos eventos em parcerias com a Justiça Federal, Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Escola de Governo do Estado do Paraná e Escola da Magistratura do Paraná.

Trabalhadora rural é indenizada por condições degradantes no serviço

Uma trabalhadora rural receberá indenização por danos morais porque era obrigada a fazer as necessidades fisiológicas em meio às plantações na propriedade em que prestava serviço. O recurso encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho foi analisado pelo ministro Aloysio Corrêa da Veiga, presidente da Sexta Turma, que considerou ter havido ofensa à dignidade da empregada. A decisão do colegiado foi unânime.

No caso, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) tinha reformado a sentença de origem e excluído da condenação imposta às empresas Agropalma e S.G. Fornecimento de Mão-de-Obra a obrigação de indenizar a

ex-empregada. O TRT entendeu que a reparação deveria ser pleiteada de forma coletiva, por envolver outros trabalhadores.

Entretanto, o ministro Aloysio afirmou que a necessidade de ajuizamento de ação coletiva, como entendeu o TRT, não retira da empregada, titular do direito, a capacidade de entrar na Justiça com pedido de reparação por danos morais decorrente das condições degradantes de trabalho a que era submetida. Segundo o relator, ainda que o empregador tenha realizado melhorias nas condições de trabalho, com instalação de abrigos para alimentação e descanso e banheiros químicos, o pedido de indenização no pro-

cesso se referia a período anterior às mudanças. Desse modo, como houve prova do dano moral sofrido pela trabalhadora, permanece o dever de indenizar.

O relator explicou também que a Constituição Federal garante a apreciação pelo Poder Judiciário de qualquer lesão ou ameaça a direito (artigo 5º, inciso XXXV) e assegura às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa (artigo 5º, inciso LV). Assim, em função da conduta ilícita, as empresas respondem pelo fato de terem colocado a trabalhadora em situação indigna, descumprindo a legislação que prevê a existência de banheiros no ambiente de trabalho.

JORNAL DO ESTADO

MARCO AURÉLIO MELLO

O bem e o mal 26 JAN 2012

A quadra vivenciada revela extremos. Faz lembrar tempo remoto, de dualismo religioso – maniqueísmo – presentes o reino da luz e o das sombras, o bem e o mal. De um lado, a bandeira da busca de novos rumos, anseio da sociedade em geral, personificada, certo ou errado, no Conselho Nacional de Justiça, de outro, a necessária preservação de valores constitucionais. Paixões condenáveis acabaram por reinar, vindo à balha as críticas mais exacerbadas. Ocorre que a vida organizada pressupõe a observância de balizas estabelecidas. É esse o preço, ao alcance de todos, a ser pago por viver em um Estado Democrático de Direito. Há de prevalecer não a vitrine, a potencialização de certos enfoques, a visão dos predestinados, mas a percepção da realidade, afastando o enfoque daqueles que não se mostram comprometidos com o amanhã, com dias melhores. Mediante a Emenda Constitucional nº 45/04, foi criado o Conselho – e, em âmbito específico, o do Ministério Público –, ficando-lhe atribuída a competência para controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

A atuação conferida ao Órgão produziu inevitável tensão considerada a autonomia dos tribunais, não se verificando o mesmo no tocante ao Conselho do MP.

O Diploma Maior da República assegura aos tribunais a autodeterminação orgânico-administrativa, o que inclui a capacidade, para resolver, de forma independente, a estruturação, o funcionamento dos próprios órgãos. Trata-se de garantia institucional voltada à preservação do autogoverno da

magistratura, encerrando a competência privativa para elaborar regimentos internos, organizar secretarias e juzos e dispor sobre a competência e o funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativos.

O aparente choque de normas fez surgir inúmeras controvérsias, sendo o Supremo convocado para dirimi-las. Em 2006, no julgamento da ADIn 3.367, veio a ser declarada a constitucionalidade do Conselho. Observem os parâmetros da Federação. A forma federativa é um mecanismo de proteção da autonomia privada e da pública dos cidadãos, servindo a descentralização política para conter o poder e aproximá-lo do respectivo titular, o povo. A importância da Federação está revelada, na Carta de 1988, desde o artigo 1º. Os Estados organizam-se conforme os ditames maiores, surgindo os Poderes – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário –, que, nos moldes do artigo 2º, são independentes e harmônicos entre si.

O artigo 60, § 4º, obstaculiza a deliberação sobre proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado. A previsão apanha matéria que, de alguma maneira, coloque em risco a autonomia dos entes federados. Por força do princípio, afigura-se inafastável a autonomia dos Tribunais de Justiça, no que se mostram órgãos de cúpula do Poder Judiciário local. Se, em relação aos tribunais em geral, há de se considerar o predicado da autonomia, quanto aos Tribunais de Justiça cumpre atentar, em acréscimo, para o princípio federativo.

Em época de crise, é preciso cuidado redobrado, de modo a evitar que paixões momentâneas orientem os agentes, em detrimento da reflexão maior que deve anteceder a edição dos atos em geral.

Não incumbe ao Conselho criar deveres, direitos e sanções administrativas, mediante resolução, ou substituir-se ao Congresso e alterar as regras da Lei Orgânica da Magistratura referentes ao processo disciplinar, mas tão somente fiscalizar a aplicação das normas existentes pelos Tribunais. O texto constitucional ao definir-lhe as atribuições sinaliza, a mais não poder, a atuação subsidiária. Extrai-se do § 4º, inciso I, do artigo 103-B competir-lhe “zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito da sua competência, ou recomendar providências”. Sob o ângulo das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, prevê o inciso III que o recebimento e a apreciação hão de ocorrer “sem prejuízo da competência disciplinar e correccional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso...” cabendo-lhe “rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano” – inciso V. Então, forçoso é concluir pela atuação subsidiária, sem atropelos indesejáveis. A legitimação não é concorrente, muito menos excludente.

CONTINUA

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

26 JAN 2012

No Brasil, há noventa tribunais, sendo vinte e sete de Justiça, idêntico número de Regionais Eleitorais, vinte e quatro Regionais do Trabalho, cinco Regionais Federais, três Militares, além dos Superiores — STM, TSE, TST E STJ. Cada qual conta com uma Corregedoria. É crível imaginar-se a atuação do Conselho com atuação abrangente, a ponto de relegá-las à inocuidade? A resposta é negativa. Conforme ressaltou o Ministro decano do Supremo, o proficiente Celso de Mello, a atuação disciplinar do Conselho pressupõe situação anômala, sendo exemplos a inércia do tribunal, a simulação investigativa, a indevida procrastinação na prática de atos de fiscalização e controle, bem como a incapacidade de promover, com independência, procedimentos administrativos destinados a tornar efetiva a responsabilidade funcional dos magistrados (MS 28799-DF).

A toda evidência, descabe a inversão de valores constitucionais, a centralização de poderes, sempre perniciosa, fragilizando-se a independência dos tribunais. Ninguém é contra a atuação do Conselho Nacional de Justiça, desde que se faça segundo a Constituição, a que todos, indistintamente, se submetem, afastados atos que, ao invés de implicarem avanço cultural, encerram retrocesso no que incientes a regime totalitário. Que oxalá prevaleça aquela que precisa ser um pouco mais amada, em especial pelos homens públicos, a Constituição Federal.

Marco Aurélio Mello é Ministro do Supremo, do Tribunal Superior Eleitoral e Presidente do Instituto Metropolitano de Altos Estudos - IMAE.

26 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

TÍTULO DE ELEITOR

**229 MIL
ELEITORES**

curitibanos deixaram de comparecer ao recadastramento para o voto biométrico e tiveram seus títulos cancelados, segundo balanço divulgado ontem pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR). Ao todo, 1.026.952 eleitores, de um total de 1.310.968 inscritos se recadastraram. Outros 107.104 novos eleitores foram registrados.

RECADASTRAMENTO

229 mil curitibanos perdem o título

Balanço divulgado ontem pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) aponta que mais de 229 mil eleitores curitibanos deixaram de comparecer ao recadastramento para o voto biométrico e tiveram seus títulos cancelados. Ao todo, 1.026.952 eleitores, de um total de 1.310.968 inscritos se recadastraram. Outros 107.104 novos eleitores foram registrados. O dia de maior movimento foi justamente o último do prazo de recadastramento, 20 de janeiro, sexta-feira da semana passada, quando 14.168 foram atendidos.

As normas estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral previam que o voto biométrico, pelo qual o eleitor é identificado através de impressões digitais, só poderia ser implantado caso 80% do eleitorado se recadastrasse. Esse número, de 1.005.213 eleitores, só foi atingido um dia antes do fim do prazo, na última quinta-feira, 19. Caso ainda quiserem votar nas eleições deste ano, esses eleitores terão que comparecer à Central do TRE até o próximo dia 7 de maio, e pagar uma multa de R\$ 3,51 para reaverem o documento. Até ontem, porém, a multa ainda não estava sendo cobrada, porque, segundo a assessoria do tribunal, o cancelamento dos títulos ainda está sendo processado.

Telemarketing

O juiz da 4ª Zona Eleitoral, Pedro Luís Corat, manteve decisão que proibiu o prefeito Luciano Ducci (PSB) de utilizar serviços de telemarketing para divulgar obras e ações de sua administração. A proibição havia sido determinada originalmente no início de dezembro do ano passado, pelo juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, atendendo a uma ação do diretório municipal do PT. Na ocasião, ele havia proibido a veiculação de mensagens de telemarketing que façam referência ao nome do prefeito, o uso da página da Prefeitura na internet para promoção pessoal de Ducci e ainda a utilização de imagens adquiridas pelo Município nos materiais e sites de partidos políticos ou no site pessoal de Ducci. O magistrado estabeleceu multa de R\$ 2 mil para cada matéria ou imagem irregular.

26 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

Pastor será trazido a Curitiba

O pastor Geraldo Pereira Nunes, 69 anos, suspeito de abusar de sete crianças, com idades entre 9 e 10 anos, deve ser trazido para Curitiba nos próximos dias. Ele foi preso em Manaus na segunda-feira. Os crimes teriam sido cometidos em uma igreja localizada no bairro Cajuru, em Curitiba. As investigações sobre o caso começaram em novembro do ano passado, pelo Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (Nucrí), de Curitiba.

A prisão preventiva do pastor foi decretada pelo juiz da 12ª Vara de Crimes Contra Criança e Adolescente, da capital, após a denúncia e o recebimento do laudo pericial de filmagens que comprovavam os abusos.

Segundo a polícia, as vítimas dos abusos eram crianças que frequentavam a igre-



Delegada Maricy Mortágua, do Nucrí: investigação

ja onde Geraldo era pastor. Nos depoimentos, elas afirmaram que o pastor as chamavam para jogar no computador que fica na secretaria da igreja e, durante os jogos, ele as colocava no colo e as molestava sexualmente.

A delegada do Nucrí, Maricy Mortágua disse que há testemunhas que contaram

sobre abusos ocorridos há 13 anos. "Uma delas, de 25 anos, tem acompanhamento psicológico até hoje", disse a delegada. O pastor foi flagrado por câmeras instaladas pelo chefe da igreja, que recebeu as denúncias de pais de crianças supostamente abusadas. Foi ele quem levou a denúncia e as imagens para o Nucrí em novembro passado.

26 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

GASTOS PÚBLICOS

33 câmaras têm cargos em excesso

Das 399 câmaras de vereadores dos municípios paranaenses, apenas 69, ou 17%, cumprem à risca as normas da Constituição Federal que limitam a contratação de servidores públicos para cargos comissionados – preenchidos sem concurso, por indicações políticas, o que significa que 330 delas estão em situação irregular. A informação é do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPjTC), que está fechando o cerco sobre os municípios para corrigir essa distorção.

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece que a forma de ingresso no serviço público é o concurso e só admite cargos em comissão para as funções de direção, chefia e assessoramento. Além disso, decisão do Supremo Tribunal Federal estabeleceu que o número de cargos comissionados nos órgãos públicos não pode ser superior ao de servidores efetivos.

Segundo o MPjTC, as irregularidades não estão somente nas câmaras, mas também nas prefeituras. Entre as que possuem Controle Interno, em muitos casos o servidor encarregado do setor era de confiança – a lei exige cargo efetivo para a função. “Também encontramos cargos de chefia para departamentos com apenas uma pessoa, conselheiros tutelares comissionados, ou ainda, advogados como procuradores de dois municípios vizinhos”, relata o procurador-geral do MP de Contas, Laerzio Chiesorin Junior.

Desde abril do ano passado, o MPjTC encaminhou ofício a cerca de 790 prefeituras e câmaras a respeito das irregularidades. A partir de outubro, a notificação chegou a 196 entidades da administração indireta municipal. As comarcas e promotorias locais processam as evidências de improbidade administrativa e nepotismo. “Não somos contra os cargos em si, mas contra os excessos ou a utilização indevida, que põe em risco a qualidade dos serviços públicos”, diz Chiesorin Junior.

26 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

STF nega suspensão de desocupação em SP

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, recusou um pedido da Associação Democrática por Moradia e Direitos Sociais de São José dos Campos para que fosse suspensa a desocupação da área de Pinheirinho.

Alegando razões técnicas, Peluso determinou o arquivamento do mandado de segurança proposto pela entidade. De acordo com o presidente do

STF, o Supremo não pode analisar o caso até que sejam esgotadas as possibilidades de recurso nas instâncias inferiores da Justiça. "Inviável o pedido", concluiu Peluso. Na ação protocolada no STF, a associação tinha pedido a concessão de uma liminar para que fosse determinado à Polícia Militar e à Guarda Municipal de São José dos Campos que suspendessem a desocupação da área.

OAB critica altos salários de juízes

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Rio de Janeiro (OAB-RJ), Wadih Damous, criticou ontem o Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) por pagar salários milionários a magistrados e até a alguns funcionários. Ele afirmou que, diferentemente do entendimento do Judiciário fluminense, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que os benefícios pessoais devem ser

incluídos no teto salarial do funcionalismo (atualmente, R\$ 26,7 mil). Para ele são inconstitucionais, os ganhos, que em um mês chegaram a mais de R\$ 500 mil.

"O argumento é o de que os juízes acumulam juízos. No Rio, é verdade. Mas isso resolve o problema de remuneração deles, não o do cidadão, que não tem Justiça. Muitas comarcas estão sem juiz", reclamou.

26 JAN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

TRE | Atendimento rápido, em cinco minutos, 50 eleitores que perderam o prazo fazem o recadastramento biométrico

Sem fila nem multa

A pesar do prazo para recadastramento biométrico do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) ter terminado na sexta-feira, muitos eleitores decidiram arriscar e tentar fazer a atualização do título nesta semana. Quem esteve lá ontem, quando a Central de Atendimento foi reaberta, ainda teve sorte. O pagamento de multa para evitar o cancelamento do título não foi exigido.

Anteriormente, o órgão tinha informado que todos aqueles que não comparecessem para o recadastramento até o final do prazo teriam seus títulos cancelados e o pagamento da multa de R\$ 3,51 seria a única forma de validar novamente o documento. Às 9h de ontem, quando a Central voltou a funcionar, após dois dias fechada, cerca de 50 pessoas aguardavam atendimento. O TRE deveria atender somente casos de títulos novos e transferências, mas a maioria dos eleitores que estavam lá queria regularizar sua situação em relação ao recadastramento biométrico.

Rapidez

O estudante Diego Portella era um desses eleitores que decidiram tentar a sorte e ir ao TRE, exatamente no primeiro dia de atendimento após o encerramento do prazo inicial, e conta que estranhou a rapidez com que conseguiu ser atendido. "Logo que abriram as portas, todos que estavam esperando receberam senhas. Em cinco minutos, já tinham atendido todo mundo e não pediram nenhum documento diferente, além do RG e do comprovante de residência. Também não falaram nada sobre cancelamento do título e pagamento de multa".

TRIBUNA DO PARANÁ

Pedofilia 26 JAN 2012

Pastor é preso suspeito de "acariciar" crianças enquanto pais oravam no templo. Vítimas relatam o que passaram nas mãos de tarado, de 69 anos

Abuso durante culto

Giselle Ulbrich

A credibilidade que o pastor-auxiliar Geraldo Pereira Nunes, 69 anos, tinha entre fiéis da Assembleia de Deus, fez com que alguns pais não acreditassem no que seus filhos contavam. Ele é suspeito de, por meses, ter abusado sexualmente de crianças, de 9 e 10 anos, dentro do templo, enquanto os pais estavam no culto. Precisou as filmagens do abuso, para que os pais acreditassem nos filhos. Quando soube que era investigado pela polícia, Geraldo fugiu, mas foi preso na sexta-feira, em Manaus (AM).

A delegada Maricy Mortágua Santineli, do Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes Vítimas de Crimes (Nucría), explicou que a iniciativa da denúncia partiu de uma criança, de 10 anos. Ela tinha dúvidas se o que o religioso fazia era errado e descobriu que era crime, ao pesquisar na internet e se informar com outras pessoas. Conversou com outras vítimas e, como sabiam



Geraldo fugiu pra Manaus.

que seria difícil de seus pais acreditarem no que elas estavam dizendo, decidiram filmar o abuso, em outubro do ano passado.

Imagens

O plano não deu certo e elas contaram aos pais, mas alguns não acreditaram. Outros conversaram

com o pastor-coordenador da igreja, que colocou câmeras na secretaria da igreja. Duas crianças foram filmadas sendo abusadas pelo pedófilo e as imagens foram entregues ao Nucría em novembro. Segundo a polícia, não houve conjunção carnal em nenhuma delas. A delegada Maricy afirmou que as imagens mostram abusos estupefacentes, que não foram divulgados. A 12.ª Vara de Crimes Contra Criança e Adolescente decretou a prisão preventiva do suspeito em 13 de janeiro.

Geraldo é de Cuiabá (MT), mas vivia há 16 anos em Curitiba. Quando soube que era investigado, por uma carta que recebeu do pai de uma das vítimas, fugiu para São Paulo e, de lá, para Manaus, onde já estaria pregando em outra igreja. Ele foi preso às 11h de sexta-feira na casa de sua irmã. Agora o Nucría tenta a remoção do pastor para Curitiba, para ser interrogado. Ele foi indiciado por estupro de vulnerável, crime que dá entre 8 e 15 anos de prisão.

TRIBUNA DO PARANÁ

Mais um suspeito do Caso Rachel

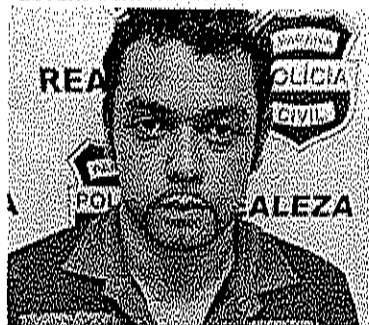
26 JAN 2012

Preso em flagrante por estuprar e matar uma menina de 7 anos e guardar o corpo em uma mala, em Santa Izabel do Oeste, sudoeste do Paraná, Cristiano Gonçalves, 25 anos, é mais um suspeito que será investigado pelo crime que vitimou Rachel Genofre, em novembro de 2008. O corpo da garota, que tinha 9 anos, foi abandonado em uma mala, na rodoferroviária.

A delegada Vanessa Alice, responsável pelas investigações, afirmou que não pode descartar o envolvimento de Cristiano devido à semelhança entre os dois crimes. "Em três anos de investigação, este é o primeiro caso que aparece de criança estuprada, morta e colocada em uma mala", disse Vanessa.

DNA

Uma equipe do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) viajou para o sudoeste a fim de realizar diligências a respeito do caso Rachel. "O material genético de Cristiano foi colhido para ser confrontado com o que foi encontrado no corpo da Rachel", explicou a delegada. Os laudos devem demorar duas semanas.



Cristiano pôs corpo na mala.

Cadeia

A Justiça de Limeira (SP) decretou a prisão do cantor Hudson, da dupla sertaneja Edson & Hudson, por falta de pagamento de pensão da filha no valor de R\$ 92.184,98. A menina, que mora na cidade, não recebe os valores desde de setembro de 2010. O músico pode ficar 30 dias preso, segundo determinação do juiz Dlogo Volpe Soares, da 1ª Vara Civil.

Através de nota, a assessoria de imprensa da dupla disse que o caso é um mal entendido e que Hudson está viajando, cumprindo uma agenda de shows.

CONJUR

STJ nega HC de empresário acusado de fraude fiscal

25 JAN 2012

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou, por maioria, o pedido de Habeas Corpus de um empresário do Rio Grande do Norte, acusado de envolvimento na chamada máfia dos combustíveis. Segundo a denúncia do Ministério Público, o empresário é um dos mentores de um esquema de sonegação, que envolveria servidores públicos, responsável por prejuízos de mais de R\$ 65 milhões ao fisco.

“O que sempre sustentei e sustento é que o habeas corpus é antídoto de prescrição restrita, que se presta a reparar constrangimento ilegal evidente, incontroverso, indisfarçável, que se mostra de plano ao julgador. Não se destina à correção de controvérsias ou de situações que, ainda que existentes, demandam para sua identificação aprofundado exame de fatos e provas”, afirmou o relator do HC, ministro Marco Aurélio Bellizze.

De acordo com o Ministério Público, entre setembro de 2002 e janeiro de 2003, um benefício fiscal irregular concedido a American Distribuidora de Combustível Ltda. permitiu que a empresa comprasse combustível na Refinaria de Mangueiras, sem retenção de imposto, revendendo depois a terceiros sem emitir notas fiscais.

O MP afirma que a empresa conseguiu o benefício fiscal mediante o pagamento de propinas pagas ao então governador do estado Fernando Antônio da Câmara Freire e seu secretário de tributação. Ainda conforme a acusação, o empresário que pediu o Habeas Corpus ao STJ seria dono informal da American Distribuidora de Combustível.

O TJ-RN negou o pedido de Habeas Corpus com o entendimento de que o HC era incabível para reclamar o direito ao contraditório e, ainda, afirmou que o MP procedeu com a coleta de provas e investigações de modo adequado. Já ao STJ, o empresário afirmou que não era parte legítima da ação, por não ser sócio da American Distribuidora, argumento rechaçado pela Turma.

O ministro Bellizze afirmou que a denúncia do MP não é inépcia, já que os dados bancários obtidos na investigação indicam que, para conseguir o regime tributário especial, os representantes da American teriam pago propina ao ex-governador e ao secretário de tributação. Para o relator, a denúncia tem aptidão formal, com “exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias”.

Por fim, a defesa argumentou que o artigo 1º, parágrafo único, da Lei 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária, seria inconstitucional, pois obrigaria o acusado a produzir prova contra si mesmo. Bellizze disse que o HC não pode ser usado para questionar a constitucionalidade de lei em tese. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

HC 196.409

CONJUR

TJ-MT vai adotar julgamento virtual de agravos

25 JAN 2012

Na esteira de iniciativas de outras cortes pelo país, o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso aprovou, por unanimidade, a Proposição 27/2011, que permite o julgamento virtual de Agravos de Instrumento, Agravos Internos e Embargos de Declaração. Com o plenário virtual, os recursos poderão ser julgados sem que os desembargadores estejam reunidos na sala de sessões. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação terá o prazo de 30 dias para a implantação do sistema.

De acordo com o TJ-MT, o relator do processo envia, em um ambiente virtual, aos demais julgadores o seu voto. Após a manifestação dos mesmos, o relator elabora o acórdão com o resultado que obtiver maioria e, em seguida, é feita a publicação no *Diário da Justiça Eletrônico*, sem a necessidade de levar a discussão a plenário.

Os processos em que há sustentação oral dos advogados continuarão sendo apreciados nas sessões semanais no TJ-MT, em conformidade com o Regimento Interno da instituição. A inovação também não será implementada em todos os Agravos de Instrumento, Agravos Internos e Embargos de Declaração. Caso os desembargadores julguem necessário o embate em plenário, ele será realizado.

Autor da proposição, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, acredita que a iniciativa acarretará mais rapidez no cumprimento das sentenças e permitirá um número maior de julgamentos. "O objetivo desta Casa é assumir o princípio republicano da eficiência, obrigatório à toda prestação estatal", disse.

Polêmica real

No Rio de Janeiro, uma resolução semelhante causa ^{polêmica} entre advogados. De acordo com a Resolução TJ/OE 13/2011, o julgamento de Embargos de Declaração e Agravo Interno poderá ser feito de maneira eletrônica. Ou seja, o relator do recurso encaminha por meio eletrônico o "projeto de acórdão" aos demais desembargadores do colegiado. Estes devem se manifestar no prazo de 24 horas. Caso haja divergência, o recurso é apresentado em mesa para ser julgado na sessão de julgamento seguinte.

Para os advogados, a resolução que estabelece o julgamento virtual contraria princípios constitucionais como o inciso IX do artigo 93 e LX do artigo 5º. Os dispositivos estabelecem a publicidade das sessões de julgamento e de todos os atos processuais. Além destes, os advogados afirmam que a resolução afronta, ainda, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, também elencados na Constituição.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, não é diferente. Em vigor desde setembro do ano passado, a Resolução 549/2011 estabelece que Agravos de Instrumento, Agravos Internos ou Regimentais e Embargos de Declaração podem ser julgados em plenário virtual. Também estão incluídos na Resolução os julgamentos das apelações, dos Mandados de Segurança e Habeas

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 25 JAN 2012

Corpus, desde que as partes concordem com o método. No caso dos embargos e agravos, as partes têm cinco dias para se manifestar; no segundo caso, o prazo é de 10 dias.

O novo Código de Processo Civil poderá regulamentar a matéria. A comissão de juristas responsável pela análise do novo CPC sugeriu ao relator do projeto, deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), a inclusão no texto da permissão para que os tribunais realizem julgamentos virtuais de certos recursos.

Revista **Consultor Jurídico**, 25 de janeiro de 2012